



Número: **0009170-29.2019.8.17.3090**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Paulista**

Última distribuição : **14/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
DAVIDSON DA SILVA RIBEIRO (AUTOR)	KLEITON DO NASCIMENTO ANDRADE (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (RÉU)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
41256062	14/02/2019 12:24	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
41256667	14/02/2019 12:24	<a href="#">1 - Petição Inicial</a>	Outros (Documento)
41257588	14/02/2019 12:24	<a href="#">2 - PROCURAÇÃO</a>	Procuração
41257640	14/02/2019 12:24	<a href="#">3 - DOCUMENTOS PESSOAIS</a>	Documento de Identificação
41257706	14/02/2019 12:24	<a href="#">4 - LAUDOS.</a>	Laudo
41257750	14/02/2019 12:24	<a href="#">5 - INDEFERIMENTO</a>	Documento de Comprovação

ANEXO.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE PAULISTA/PE.**

**DAVIDSON DA SILVA RIBEIRO**, brasileiro, casado, desempregado, portador da cédula de identidade nº. 6.965.491 SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 053.268.204-12, residente e domiciliado na Rua Boa Esperança, nº 351, Sup – A, Nossa Senhora do Ó, na cidade de Paulista/PE, 53.431-305, vem através de seus advogados formalmente constituídos com endereço profissional, para os fins do art. 269, § 1º do CPC, na Rua Marino de Melo Berenguer, número 37, Bairro de Casa Amarela, Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, e cujo endereço eletrônico, para os fins do artigo 270 do CPC, é o **kleitonascimento@live.com**, onde recebem intimações, vem à presença de V. Exa., propor presente

**AÇÃO DE COBRANÇA**

**(SEGURO DPVAT)**

Em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DOS SEGUROS DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.248.608/0001-04, com endereço localizado na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-201, na pessoa de seu representante legal em razão dos fatos e fundamentos a seguir expostos:



---

## 1. DOS FATOS

---

No dia **28/09/2017** a parte autora sofreu um acidente de trânsito (por atropelamento), vindo a ficar com sequelas permanentes **FRATURA DO OMBRO E DO BRAÇO (CID 10: S – 42), PEDESTRE TRAUMATIZADO EM UM ACIDENTE DE TRÂNSITO NÃO ESPECIFICADO (CID 10: V– 09.3)**, conforme **declaração e atestados médicos**, em anexo.

Mister se faz necessário frisar que a parte autora foi socorrida pelo SAMU e conduzida a Unidade de Pronto Atendimento de Olinda (UPA), devido ao estado de suas lesões foi transferido para o Hospital Otávio de Freitas (Recife/PE), onde permaneceu sobre observação médica e realizou alguns procedimentos para o tratamento e a contenção das dores devido à gravidade de sua fratura, vale ressaltar que a parte autora permaneceu em tratamento médico por um período, haja vista a gravidade das seqüelas.

Vale lembrar, que o autor teve o seu pedido de indenização do DPVAT negado em âmbito administrativo, não recebendo assim qualquer quantia a que o mesmo teria direito tendo em vista as graves sequelas acarretadas pelo acidente de trânsito.

Constatada a debilidade da parte autora, em razão de acidente de trânsito, faz jus o mesmo ao recebimento da quantia de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), corrigida desde a data do evento, sendo tal valor corresponde a quantia máxima da indenização.

A indenização deve atingir o valor máximo em razão das condições sócio-econômicas do autor: pessoa de baixa escolaridade, desempregado, contando com 35 anos, de modo que a incapacidade parcial deve ser considerada como total.

---

## 2. DO DIREITO

---

---

### 2.1 SEGURO DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE. DIREITO À INDENIZAÇÃO

---

A demanda ora posta à apreciação do Poder Judiciário há muito já se encontra pacificada, notadamente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça – STJ.



A pretensão autoral encontra-se amparada pela Lei nº 6.194/74 e art. 7º da Lei 8.441/92 e Lei 11.482/2007. A partir da Lei 11.945/2009, passou-se a utilizar a tabela contida em seu anexo para quantificar o valor da indenização devida, conforme o grau de invalidez apresentado. Contudo, isto não retira do julgador a possibilidade de interpretar o laudo, de modo que uma suposta incapacidade parcial pode ser considerada como total.

Portanto, tem o autor o direito ao recebimento da quantia de R\$ 13.500,00 (treze mil novecentos e quinhentos reais) em razão da debilidade apresentada, acrescido de correção monetária e juros de mora desde a época do evento danoso.

---

## 2.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA APLICAÇÃO DA TABELA MÓRBIDA (ANEXO À LEI 11.945/2009).

---

A partir dos acidentes ocorridos em 16/12/2008, está em vigor a tabela constante no anexo à Lei 11.945/2009, que dispõe acerca do percentual da invalidez apresentada pela pessoa vitimada. Conforme a sequela apresentada, o valor da indenização pode chegar a até R\$ 13.500,00.

Contudo, diante da situação sócio-cultural em que está inserida a parte demandante **(desempregado, baixo grau de instrução e contando com 35 anos de idade)**, e pela incapacidade apresentada pelo mesmo **diante de suas graves sequelas**, forçoso se faz reconhecer a sua incapacidade total para o trabalho antes desenvolvido.

Sendo assim, calha a aplicação, aqui, do disposto no art. 479 do NCPC, para que se reconheça a incapacidade parcial do demandante como sendo total:

**Art. 479. O juiz apreciará a prova pericial de acordo com o disposto no art. 371, indicando na sentença os motivos que o levaram a considerar ou a deixar de considerar as conclusões do laudo, levando em conta o método utilizado pelo perito.**

Portanto, requer a V. Exa. que se digne em considerar a situação fática do demandante (idade, escolaridade, profissão), a fim de aplicar o percentual de invalidez total ou mais favorável ao mesmo.



---

### **3. DOS PEDIDOS**

---

**PELO EXPOSTO**, requer a V. Exa.:

- a)** os benefícios da justiça gratuita por não ter condições de arcar com as despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento ou da família na forma da lei 1060/50;
- b)** citação da ré no endereço mencionado para, querendo, responder à presente pretensão no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;
- c)** a produção de prova pericial, a fim de constatar a debilidade permanente ocasionada em razão do acidente de trânsito aqui narrado, bem como a juntada de documentos e depoimento de testemunhas;
- d)** condenar a ré ao pagamento da diferença restante da indenização do seguro DPVAT, correspondendo ao valor integral no montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este que deve ser acrescido de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso;
- e)** a condenação da ré na verba honorária de sucumbência;

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), tão somente para os efeitos fiscais.

Neste temos,

Pede Deferimento.

Recife, 12 de fevereiro de 2019.

**Kleiton do Nascimento Andrade**  
**OAB/PE 45.895**

